

URBANIZAÇÃO E QUALIDADE DE VIDA NO DISTRITO DE ICOARACI BELÉM/PARA/BRASIL

Maria de Jesus Benjamin da Silva¹
Mario Benjamin Dias²

Resumo

O processo de urbanização trouxe para as cidades dois problemas graves: a exclusão social e a especulação imobiliária. No sentido de reverter a degradação do meio ambiente urbano, de acordo com o Estatuto da Cidade - Lei Federal 10.257, promulgada em 10 de julho de 2001, cabe ao administrador municipal fornecer os instrumentos necessários para planejar a cidade que desejamos e controlar o uso da propriedade, a fim de que não prejudique a qualidade de vida dos cidadãos

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre o conceito de qualidade de vida, destacando os possíveis indicadores e índices utilizados para avaliar tal qualidade e como os mesmos podem contribuir na evolução das Políticas Públicas voltadas para a problemática urbana e a qualidade de vida dos moradores citadinos em detrimento de uma acelerada urbanização, resultado de um processo desvinculado de ações mínimas de planejamento no Distrito Administrativo de Icoaraci, pertencente a Região Metropolitana de Belém/Pará/Brasil.

Palavras chaves: Urbano-ambiental; Qualidade de vida; Segregação. Urbanização

¹ Profª Drª em Ciências Humanas área de concentração Geografia Urbana pela faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo, professora da Faculdade Ipiranga Belém/Pará . E-mail mbenjamindasilva@hotmail.com .

² - Profº Dr em Ciências Humanas área de concentração Geografia Urbana pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas pela Universidade de São Paulo. Professor Dr. Escola de Aplicação da Universidade Federal do Pará. E-mail mbenjamindias@hotmail.com.

Introdução

Nas últimas décadas as preocupações com relação à qualidade de vida nas cidades têm se intensificado, haja vista que o adensamento populacional, sem o devido planejamento, tem gerado uma série de conseqüências negativas à vida urbana, tais como, enchentes, tráfego intenso de veículos, sobrecarga do transporte urbano e todo o tipo de poluição (ar, água e visual).

De acordo com o Relatório da Situação Mundial das Cidades 2006/07, do Programa da Organização das Nações Unidas, pela primeira vez na história, a população dos centros urbanos iria ultrapassar a de áreas rurais³. Assim, mantendo-se os índices de crescimento e de urbanização, o Brasil em 2020 possuirá 55 milhões de pessoas vivendo em favelas.

Sem sombra de dúvida, isso é preocupante, pois, além da exclusão social gerada pela expansão horizontal das cidades em periferias despidas de equipamentos urbanos e serviços, observam-se também no processo de urbanização a valorização de áreas nobres e a especulação imobiliária, que promove a verticalização das edificações, o parcelamento do solo e, por conseqüência, a sobrecarga das estruturas urbanas já estabelecidas. MILARÉ (2005, p. 717) expressa esta mesma preocupação ao apontar que:

Os elevados índices de urbanização e, inversamente, os baixos níveis de urbanismo vêm criando situações insustentáveis para o Poder Público e a coletividade. O inchaço doentio dos centros urbanos (aumento desregrado da população) não tem encontrado o contrapeso das estruturas urbanas necessárias (moradia, trabalho, transporte e lazer), gerando-se daí formas endêmicas de males urbanos. E o que é pior o fascínio das cidades e a concentração populacional crescem sem o necessário controle quantitativo e qualitativo desse crescimento

O objetivo deste trabalho é fazer uma reflexão sobre o conceito de qualidade de vida, destacando os possíveis indicadores e índices utilizados para avaliar tal qualidade e como os mesmos podem contribuir na evolução das Políticas Públicas voltadas para a problemática urbana e a qualidade de vida dos moradores citadinos em detrimento de

³ Programa das Nações Unidas, para Assentamentos Humanos (UN-Habitat), relatório apresentado na abertura do Fórum Mundial Urbano – Vancouver/Canadá. Fonte: Agência Estado – 17/06/06.

uma acelerada urbanização, resultado de um processo desvinculado de ações mínimas de planejamento.no Distrito Administrativo de Icoaraci, pertencente a Região Metropolitana de Belém. Esta descrição configura a realidade vivida em diversas cidades brasileiras, em particular naquelas criadas de forma impar nas margens dos imensos rios da região amazônica, que se apresenta como um pequeno centro urbano que vive um nítido processo de expansão desde o início do século, acentuado nas duas ultimas décadas

Uma das mais sérias conseqüências deste intenso processo de urbanização é, sem dúvida, a deteriorização das condições ambientais na área urbana desses municípios. Que de acordo com DIAS 2007 pg 41)

” o principal fator gerador da forte concentração populacional nas cidades é resultante, da forte migração impulsionada por uma série de fatores como: o êxodo rural, a crescente concentração de terras que deu origem aos latifúndios mecanizados e monocultores, a má distribuição de renda associada a essa crescente concentração nas mãos de uma minoria, o fraco desenvolvimento econômico que não é capaz de gerar mercado de trabalho à maioria da população ativa, entre outros”

A cidade de Belém sofreu um adensamento demográfico que culminou com o surgimento de áreas periféricas, rumo ao seu interior e ocupação dos distritos oriundas principalmente de ocupação de terras particulares ou à margem de vegetações ciliares, onde a qualidade de vida demonstra indices muito aquém dos preconizados, devido a quase total ausência de serviços de saneamento básico e onde as condições do ambiente naturais sofrem fortes impactos negativos.

Portanto, cumprindo o que está estabelecido na Constituição, em 10 de julho de 2001, foi promulgada a Lei Federal 10.257, denominada Estatuto da Cidade, que “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como o equilíbrio ambiental”. Ao se analisar o enunciado da lei e as diretrizes gerais estabelecidas no Estatuto da Cidade observa-se uma clara preocupação do

legislador com relação à harmonização entre os fatores econômicos⁴, ambientais e sociais urbanos, onde exatamente esta integração caracteriza a garantia do direito a cidades sustentáveis⁵.

De acordo com a Constituição Federal de 1988 que estabelecer a Política urbana no Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, os aspectos sociais e ambientais também fazem parte deste conceito e sua análise e aplicação deve ser integrada com os vários outros temas tratados em nossa Carta Maior

Em Belém os espaços reservados ao uso comum da população não apresentam arborização suficiente ao equilíbrio ambiental e mostram a precariedade dos serviços de manutenção. Tal realidade, ora se manifesta, pela ausência de mecanismos de gestão ambiental na cidade de Belém, especificamente no distrito. Não existe a preocupação de se implementar medidas preventivas de situações como as descritas anteriormente, pois até se desconhece os potenciais problemas que poderão advir de tais situações. Sem um planejamento, muito bem elaborado, baseado na realidade diagnóstica, o processo de expansão urbana em Icoaraci, muito provavelmente, em um futuro bem próximo, tornara a cidade em um lugar insalubre, com decréscimo da qualidade de vida e esgotamento dos recursos naturais que, necessariamente fazem parte da estrutura urbana desta cidade, tornando-a praticamente um lugar insustentável. Entre todos os componentes que devem interagir na busca de um desenvolvimento sustentável para Belém, a participação da população é imprescindível. É na capacidade de agir e reagir de seus atores principais, que são os moradores, que novos rumos poderão ser tomados em um processo de urbanização que contemple o desenvolvimento e o espaço natural.

Sabe-se também que a produção energética na Amazônia é suficiente para atender a demanda e seus impactos ambientais negativos refletem um dos mais graves riscos a contaminação dos mananciais que cortam a cidade.

Dessa forma dizer que as cidades constituem os mais característicos ecossistemas da terra, sendo palco das atividades humanas nas mais distintas regiões desde períodos bem remotos. Em sua maioria, tanto as metrópoles como as pequenas

⁴ -Apesar da Constituição Federal de 1988 estabelecer a Política urbana no Título VII – Da Ordem Econômica e Financeira, os aspectos sociais e ambientais também fazem parte deste conceito e sua análise e aplicação deve ser integrada com os vários outros temas tratados em nossa Carta Maior

⁵ -terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações.” 5 (...) urbanismo objetiva a organização dos espaços habitáveis visando à realização da qualidade de vida humana. José Afonso da Silva (2006, p. 31)

idades configuram seus desenvolvimentos baseados no sistema capitalista, que após a revolução industrial, direcionou a produção do espaço urbano em que a dicotomia homem-natureza foi sendo imposta contínua e gradativamente. Ao analisarmos as cidades em um contexto mundial, observamos, pois, que apesar das peculiaridades de cada uma, a maioria reflete em seu espaço urbano a ação antrópica no espaço natural, revelando um contraste que quase sempre culmina com a degradação ambiental. Essa situação é percebida com maior facilidade nos países periféricos, onde se constata a queda assustadora da qualidade de vida

Para trabalhar o termo *qualidade de vida* corre-se o risco de se falar de uma panacéia, ou de termos que não estão relacionados com essa categoria difusa, muito ampla, subjetiva. Para a definição deste conceito buscou-se, além da observação empírica, as reflexões de vários autores dos quais destacam-se Jannuzzi (2004;pg 67); Lefebvre (2002;pg 28); Lynch (1994;pg 96); Schwartzman (1974;pg 49) e Souza (2002;pg 60) entre outros.

Ao refletir sobre as dificuldades para se fazer uma avaliação da qualidade de vida, Schwartzman (1974;pg 49) aponta alguns critérios possíveis: *liberdade de escolha; satisfação de necessidades psicológicas fundamentais e a extensão do conceito de participação*. Retomando Marshall 1988;pg 39 e considera que *qualidade de vida* tem a ver com expansão e *consolidação dos direitos civis, políticos e sociais*. Para ele o problema da qualidade de vida não é prioritariamente de consumo e implica em “uma noção clara e explícita de uma política de desenvolvimento social” (Schwartzman, 1974, p. 107).

Levam-se também em consideração as observações de Jannuzzi sobre o conceito de “Condições de Vida”. Segundo ele tal conceito “poderia ser operacionalmente traduzido como o nível de atendimento das necessidades materiais básicas para sobrevivência e reprodução social da comunidade”. Nesse caso as dimensões operacionais de interesse seriam as condições de saúde, habitação, trabalho e educação dos indivíduos da comunidade, dimensões para as quais existiriam estatísticas públicas disponíveis que possam ser combinadas em um sistema de indicadores sociais que represente, aproximada e operacionalmente, o conceito de condições de vida inicialmente idealizado (JANNUZZI, 2004, p. 19).

Lefebvre discutiu a questão do *optimum* urbano criado por teóricos soviéticos em 1925 para mensurar, em termos de superfície e de número de habitantes, o tamanho

ideal de uma cidade para se ter qualidade de vida. O autor apontou as objeções a esse tipo de medida dada à dificuldade de definição de critérios para esse *optimum*. Ele também chamou a atenção para o fato de que o *optimum* desejável na verdade é o *optimum* administrável, ou seja, exequível em determinado local e contexto (LEFEBVRE, 2002, p.90).

Tal discussão nos remete a questões de difícil resposta. Quais seriam as referências para criação de critérios de qualidade de vida: biológicas, tecnológicas, físicas ou filosóficas? Ou tais referências se encontrariam em um somatório de todas as outras citadas? No questionamento do controle de demandas, vale considerar o pensamento de SOUZA, que além de apontar a relação entre qualidade de vida e satisfação de necessidades de uma parcela cada vez maior da população, faz uma importante vinculação entre qualidade de vida, justiça social e autonomia:

ma vez que o caminho democraticamente mais legítimo para se alcançarem **mais justiça social e melhor qualidade de vida** é quando os próprios indivíduos e grupos específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso, podem-se considerar justiça social e qualidade de vida como subordinados à autonomia individual e coletiva enquanto princípio e parâmetro. Daí as duas faces da autonomia, a individual e a coletiva deverem ser entendidas como parâmetros subordinadores [...]. Mais **justiça social e uma melhor qualidade de vida são**, de um ponto de vista operacional, **parâmetros subordinados** àquele que é o parâmetro essencial do desenvolvimento sócio-espacial, que é **a autonomia**. (SOUZA, 2002, p.66, grifo nosso).

Identifica-se aqui uma ambigüidade em relação à qualidade de vida urbana. Como se discute, para que um espaço tenha qualidade é necessário que se tenha controle sobre ele, entretanto, a qualidade de vida depende da autonomia tanto individual quanto coletiva. Tal qualidade refere-se então a escolhas e preferências. Não é objetivo deste trabalho discutir a dimensão desta autonomia e deste controle. Entretanto, tais considerações são importantes para se delimitar um conceito de qualidade de vida.

A expansão urbana, não só da cidade de Belém, mais em quase todo o Brasil, se dá cada vez mais de forma acelerada e desordenada, agravando a degradação do meio

ambiente, a exclusão social e, conseqüentemente, diminuindo a qualidade de vida nas cidades. O estilo de desenvolvimento do sistema capitalista faz com que se estabeleça uma relação de exploração do homem pelo homem e da natureza pelo homem. A exemplo das grandes metrópoles e centros regionais,

Belém sofre com graves problemas urbanos ambientais, fruto de uma expansão urbana rápida que teve seu ápice na década de 60, com o engajamento da região ao cenário nacional, através das políticas de implantação dos grandes projetos para a Amazônia. Diante desta situação houve a expansão da população para os bairros e distritos próximos, para comportar tal crescimento populacional, a dinamização da economia belenense e como resultado um maior consumismo.

A partir deste momento a cidade de Belém e sua região metropolitana vêm crescendo cada vez mais juntamente com a sua população, tendo esta um aumento considerável, levando em conta o crescimento vegetativo da mesma, a migração de pessoas oriundas do interior paraense e de outros estados do Brasil que optam por morar em Belém. Atrelado a este crescimento populacional, está o aumento desenfreado dos problemas ambientais, sendo os principais: desmatamento; degradação de áreas verdes, o aumento da concentração asfáltica e de concreto, culminando com o surgimento de micro climas; poluição atmosférica; poluição sonora e visual; poluição de mananciais e lençóis freáticos e o aumento da produção de lixo.

Na Região Metropolitana de Belém, a natureza do processo histórico da produção, apropriação, uso e consumo do espaço, resultaram entre outros fatores, em um ambiente marcado pelas desigualdades sociais e ambientais, como resultantes de um processo mais amplo, no qual a segregação sócio-espacial-ambiental é marcante no momento atual. O espaço urbano, como produto desses processos, resulta em ambientes produzidos com paisagens diferenciadas, em função dos conflitos de interesses sociais ou de classes que permeiam a sociedade.

No processo de expansão do núcleo urbano de Icoaraci, as áreas de cotas baixas passaram a ser alvos da ocupação pela população de menor poder aquisitivo em função de que estas, em grande maioria, localizam-se próximo e no interior dos bairros pioneiros, onde se encontram as principais funções e os equipamentos de consumo coletivos.

O distrito de Icoaraci, após sua integração à metrópole paraense, passou por um intenso movimento de ocupação de terras públicas e privadas em função do próprio

processo de periferação da cidade de Belém e do crescimento do distrito, passando a constituir-se em verdadeiros movimentos sociais em prol do direito de morar. Dessa forma, os proprietários entraram em conflitos com os ocupantes e travaram verdadeiras batalhas judiciais em busca da reintegração de posse da propriedade.

A luta pela terra urbana e o direito de morar têm se configurado como um processo de longa duração, pois a institucionalização da Lei de Terras no país proporcionou a concentração destas nas mãos daqueles que detinham maior poder econômico e político, enquanto parcelas das populações destituídas dessas condições, passaram a ser organizar em buscas de alternativas para adquiri-las, o que ganhou maior relevância nas últimas décadas do século XX, em função das condições econômicas que o país passou a vivenciar e à política do Estado que pouco ou nenhum investimento em habitação popular realizou, conseqüentemente obrigando parcelas da população de menor ou nenhum poder econômico a ocupar terras urbanas como alternativas à moradia.

Analisando o ambiente urbano é importante o enfoque dos problemas socioambientais, como segregação, periferação, ausência de políticas públicas (escolas, saúde, habitação entre outras) voltadas para uma grande parcela da população colocando em evidência que tais processos estão vinculados à degradação social e ambiental. Partindo dessa premissa, compreendemos que o espaço urbano, por sua natureza, é dinâmico, complexo e contraditório em função da forma de como é produzido, e que historicamente está associado à forma de sua ocupação e de seu uso, o que significa dizer que a sociedade, em seu processo de constituição, produz, reproduz, apropria e consome o espaço como reflexo de seu próprio desenvolvimento.

Partindo do pressuposto de que a cidade é formada por espaços diferenciados, como produto da sociedade dividida em classe, e que esta se localiza de acordo com os níveis de renda, como materialização dessas ações encontrou classes e frações de classes vivendo em espaços da cidade em condições precárias de vida. Há, portanto, uma luta pelo direito à cidade, à cidadania plena e à apropriação desta. Porém, é necessário se estabelecer uma indagação sobre as condições do ambiente na cidade. Se a cidade é produto de relações sociais, ela não é um espaço homogêneo em função do jogo de interesses dos agentes envolvidos, o que se pressupõe afirmar que há injustiça social em função da exclusão de massa de trabalhadores que estão à margem dela, assim como existe concomitantemente uma injustiça ambiental, que impõe a parcelas

significativas da população a viverem à margem da cidade, excluídos de espaços, com melhores condições sócio-ambiental a reprodução do homem.

A discussão em torno da qualidade do ambiente das cidades, no momento atual, demonstra que essa situação não ocorre apenas no nível local, mas também no mundial, e estão associadas à forma de como o capitalismo se desenvolveu ao longo do processo histórico e de como as cidades são produzidas. Para (CARLOS, 2004, p. 146), “pois o que degrada o meio ambiente é o modo como se realiza o processo de acumulação respondendo a uma lógica da reprodução capitalista”, que por sua natureza, ao produzir a cidade, promove o processo de degradação e a segregação sócio-espacial-ambiental.

Desse modo, foi nas últimas décadas de século XX, que a população carente, não somente a de Icoaraci, mas de outras localidades, passou a ocupar as áreas urbanas inóspitas ainda disponíveis, as várzeas dos rios e igarapés existentes no interior do núcleo, principalmente os do Tabocal em primeiro lugar, originando a ocupação denominada de “Cubatão” e, posteriormente, a do Paracuri, Tenoné e as margens da baía do Guajará, produzindo a mesma lógica imprimida no contexto metropolitano, com número significativo de ocupações no espaço urbano. A partir desse período, as ocupações urbanas no distrito de Icoaraci e na RMB, tornaram-se práticas corriqueiras, principalmente nos bairros mais afastados do núcleo pioneiro, onde ainda existia terra disponível e, a maioria das vezes, com comprometimento ambiental,

Nas décadas passadas Belém foi considerada a capital com maior índice de ocupações de terras. O distrito de Icoaraci, como parte integrante da metrópole, não ficou livre desse processo, como bem demonstra o (quadro 1). As ocupações ocorreram acompanhando os principais vetores de ligação com Belém e/ou com o núcleo urbano do distrito, com as margens da baía do Guajará, com as várzeas dos rios e com os igarapés existentes nele. Os que, predominam nas ocupações de terra e na periferia é a população de origem local.

Um aspecto interessante que nos chama atenção diz respeito às ocupações ao longo das várzeas dos rios e igarapés, denominados “moradores de rios urbanos”,⁶ pois grande parte desses moradores busca reproduzir o modo de vida “rural” como forma de

⁶ -Procuró denominá-los de “moradores de rios urbanos” em função do modo de vida que essa população procura reproduzir na cidade (possuem instrumentos de pesca, embarcações, criam animais e cultivam determinadas plantas em giraus, extraem produtos naturais de áreas florestas nas ilhas próximas da acidade etc.). Considero prematuro denominá-los de ribeirinhos urbanos, por falta de uma melhor discussão teórica capaz de sustentar essa definição.

enfrentar as adversidades do viver na cidade, que impõe novas relações, principalmente as monetarizadas.

De forma geral, as ocupações urbanas imprimiram uma nova paisagem no espaço urbano das cidades amazônicas, que têm se acentuado nas últimas décadas em função da falta de investimentos em habitação popular, forçando contingentes da população a submeterem-se a viverem nesse ambiente.

A população que vive nas ocupações é formada, na maioria, por um contingente de mão-de-obra desqualificada para o mercado formal de trabalho urbano. Vivem sobremaneira no setor informal da economia, atividades que não requerem mão-de-obra especializada ou fazem pequenos trabalhos de forma precarizado.

Este último desperta relativa preocupação por estar interligado com a poluição dos mananciais e lençóis freáticos e pelo seu destino final..Esta pesquisa se propõe trazer para análise a problemática a tona, no que concerne a seu destino final que é qualidade de vida e os problemas ambientais dessa pessoas que habitam os lugares insalubres do distrito e as mazelas sociais. Sabe-se que a qualidade de vida e os problemas ambientais urbanos estão correlacionados, porque a urbanização é um fato que traz consigo problemas que tem afetado a vida da população na cidade. Hoje já se sabe que qualquer alteração no ambiente, reflete numa cadeia de conseqüências. Essas alterações influenciam na qualidade do meio urbano e conseqüentemente na qualidade de vida das pessoas.

Sabe-se da dificuldade em avaliar objetivamente um conceito abstrato e complexo como qualidade de vida. É possível, então, se medir tal qualidade? Acredita-se que esta mensuração se dê

“no plano dos parâmetros subordinados particulares ou das adaptações singularizantes. Esses parâmetros darão lugar a indicadores, elaborados para fazerem face a objetivos bem determinados. Não se trata de todo modo, de uma construção apriorística de indicadores pretensamente universais, a construção de indicadores deverá, bem ao contrário, se dar tão próxima quanto possível da realidade dos contextos valorativos dos grupos sociais específicos envolvidos”. (SOUZA, 2002, p.82).

Infere-se que a escolha adequada de indicadores e a criação de índices específicos para se medir qualidade de vida são um desafio. Um indicador social é “um recurso metodológico, empiricamente referido, que informa algo sobre um aspecto da realidade social ou sobre mudanças que estão se processando na mesma. É o elo de ligação entre os modelos explicativos da teoria social e a evidência empírica dos fenômenos sociais observados” (JANUZZI, 2004, p.15).

JANUZZI (2004, p.26-31) analisa as propriedades desejáveis de um indicador social, das quais se destacam: a relevância social, a validade, a confiabilidade, a cobertura, a sensibilidade, a comunicabilidade, a periodicidade na atualização e a historicidade.

O citado autor também apresenta a classificação básica dos indicadores entre objetivos (ou quantitativos) e subjetivos (ou qualitativos). Os primeiros se referem a “ocorrências concretas ou entes empíricos da realidade social, construídos a partir das estatísticas públicas disponíveis. Os indicadores subjetivos ou qualitativos, por outro lado, correspondem a medidas construídas a partir da avaliação dos indivíduos ou especialistas com relação a diferentes aspectos da realidade, levantadas em pesquisas de opinião pública ou grupos de discussão” (JANUZZI, 2004., p.20-21)

Como aponta publicação do Instituto Polis (1994), os indicadores são informações quantitativas que expressam e procuram descrever um determinado aspecto da realidade ou apresentam uma relação entre vários aspectos desta. Estão sempre sujeitos a opções políticas e a distintas visões dos aspectos da realidade. Assim, os indicadores de qualidade de vida não podem e não devem ser considerados uma forma absoluta de explicação e comparação. Deve-se levar em conta as especificidades de cada situação, considerando-se variáveis tais como a configuração econômica, a localização geográfica e outras condicionantes da qualidade de vida.

Segundo JANUZZI classifica os indicadores de qualidade de vida em: **1- Indicadores subjetivos:** “são construídos a partir do levantamento de um conjunto amplo de impressões, opiniões e avaliações sobre diferentes aspectos do ambiente sócio-espacial da população, abordando a satisfação quanto ao domicílio, às facilidades existentes no bairro e às economias e deseconomias da vida do município, das condições materiais às aspirações pessoais” (JANUZZI,2004, p.112). Ex: satisfação com a moradia, satisfação com o bairro, vizinhança ou cidade, intenção de mudar-se de domicílio, de cidade.

2- Indicadores objetivos: a) Indicadores de criminalidade e homicídios: nível de segurança pessoal calculado a partir dos registros administrativos das Secretarias de Segurança Pública; b) Indicadores de alocação de tempo: controle individual do tempo diário, em especial para atividades de convívio familiar e social, lazer, esporte e cultura a partir do indicador de tempo gasto com transporte de casa para o trabalho ou escola; c) Indicadores Ambientais: aqueles que dizem respeito à disponibilidade de recursos naturais, à forma de uso destes e aos resíduos gerados no seu consumo. Deriva-se de informações censitárias sobre infra-estrutura urbana, mortalidade por causas específicas, além de pesquisas institucionais com prefeituras ou concessionárias de serviços públicos sobre o destino final e tratamento de dejetos e de coleta de lixo.

Apesar das limitações em termos de validade e confiabilidade, um indicador muito utilizado em relatórios de indicadores sociais é a *taxa de urbanização* a qual “dimensiona a parcela da população nacional ou regional que reside em áreas urbanas, e, portanto, em tese, com maior acessibilidade aos bens públicos, serviços básicos de infra-estrutura urbana e serviços sociais, que estão interligados com a falta de infra-estrutura que se manifesta pelo não investimento em políticas sociais capazes de garantir melhor atendimento, como da saúde, educação, saneamento, transporte, entre outras, sendo que a maioria de sua população, ao necessitar de melhores serviços, tem que se deslocar até Belém. Ademais, apesar das indústrias empregarem grande número de operários, elas não são suficientes para absorver a grande massa de trabalhadores locais que se vêm obrigados a procurar em Belém, mercados que sejam capazes de absorvê-los e vice-versa, por isso, contribuem para sobrecarregar o sistema de transporte coletivo bastante precário e deficitário.

A cidade, enquanto obra humana apresenta diferentes ambientes, expressos na paisagem, nas áreas centrais e periferias (loteamentos clandestinos, áreas de baixadas, ocupações urbanas, entre outras). Em muitos casos, esses ambientes caracterizam um mesmo padrão de ocupação, ou seja, de forma espontânea, sem preocupação, por parte do Estado, de um ordenamento territorial em que a qualidade do ambiente, não é levado em consideração, compromete-o seriamente, resultando, na maioria das vezes, na deterioração da qualidade de vida. O que pode ser apontado como responsável por essa situação, é a ausência de políticas públicas urbanas, articuladas ao planejamento integrado com maior participação popular.

Partindo do pressuposto de que a cidade é formada por espaços diferenciados, como produto da sociedade dividida em classe, e que esta se localiza de acordo com os níveis de renda, como materialização dessas ações, encontramos classes e frações de classes vivendo em espaços da cidade em condições precárias de vida. Há, portanto, uma luta pelo direito à cidade, à cidadania plena e à apropriação desta. Porém, é necessário se estabelecer uma indagação sobre as condições do ambiente na cidade. Se a cidade é produto de relações sociais, ela não é um espaço homogêneo em função do jogo de interesses dos agentes envolvidos, o que se pressupõe afirmar que há injustiça social em função da exclusão de massa de trabalhadores que estão à margem dela, assim como existe concomitantemente uma injustiça ambiental, que impõe a parcelas significativas da população a viverem à margem da cidade, excluídos de espaços, com melhores condições sócio-ambiental a reprodução do homem.

A discussão em torno da qualidade do ambiente das cidades, no momento atual, demonstra que essa situação não ocorre apenas no nível local, mas também no mundial, e estão associadas à forma de como o capitalismo se desenvolveu ao longo do processo histórico e de como as cidades são produzidas.

O distrito, enquanto lugar específico na metrópole, ganha relações no plano do mundial por apresentar um perfil com características de cidade comercial e uma significativa atividade industrial para os padrões amazônicos, tendo em vista que uma variedade de produtos beneficiados localmente faz parte dos produtos exportáveis para o mercado mundial, além de serviços que atendem a população local e do entorno, apresenta níveis de carência, em determinados aspectos que só são satisfeitas na cidade de Belém. Nesse sentido, é possível compreender o ambiente produzido em Icoaraci, tendo em vista a pressão demográfica pela ocupação e uso do solo urbano pela população em geral e, em particular, de baixo poder aquisitivo associado ao crônico déficit de moradia para a classe trabalhadora que migrou para Icoaraci em busca de melhores condições de vida, em função das atividades econômicas que passaram a ser desenvolvidas localmente.

Tendo por base essa realidade, o discurso sobre a questão do ambiente também se configura na ausência e/ou carência de saneamento, atendimento à saúde, escolas, transportes, etc. Nesse contexto duas outras dimensões da análise também ajudam a compreender essa questão. Uma delas está centrada na questão do direito à cidade; e a outra, no papel do Estado. É como afirma Carlos:

Constatamos que ao ser identificado à idéia de ‘qualidade de vida’ o ‘direito à cidade’ é esvaziado e o debate se resume à constatação das situações que surgem das novas condições de raridades com as quais nos deparamos: a água, o ar, o espaço. O debate, circunscrito ao minimalismo que ignora que estas raridades devam ser entendidas como momentos de único momento histórico; um momento crítico onde a abundância se torna raridade como produto de um modelo de crescimento da economia capitalista, ignora a contradição que funda a realidade (CARLOS, 2004, p. 137)

Um aspecto interessante que nos chama atenção diz respeito às ocupações ao longo das várzeas dos rios e igarapés, denominados “moradores de rios urbanos”, pois grande parte desses moradores busca reproduzir o modo de vida “rural” como forma de enfrentar as adversidades do viver na cidade, que impõe novas relações, principalmente as monetarizadas

No processo de ocupação da terra urbana, é comum a mercantilização dos barracos nas ocupações, decorrente de suas transferências ainda quando essas se encontram sem as mínimas condições de habitabilidade. Esse processo, em grande parte, corre com a retirada da cobertura vegetal, a demarcação dos lotes e a construção das primeiras habitações, com materiais dos mais diversos, o que reforça uma concepção de que grande parte das pessoas que participam do movimento transformou o mesmo em um grande negócio, ocupa-se e vende-se, para ocupar mais adiante. Em contraposição, a essa tendência, as ocupações nas várzeas e na orla de Icoaraci estão relacionadas ao modo de vida “rural”, o que, de certa forma, mantêm essas populações fixadas nesses lugares. As ocupações mais antigas se transformaram em parte integrantes dos bairros, e são atualmente ocupadas pelo segundo ou terceiro proprietário. Poucos são os moradores originários da primeira ocupação, principalmente ao longo dos eixos rodoviários de ligação com a cidade.

De forma geral, as ocupações urbanas imprimiram uma nova paisagem no espaço urbano das cidades amazônicas, que têm se acentuado nas últimas décadas em função da falta de investimentos em habitação popular, forçando contingentes da população a submeterem-se a viverem nesse ambiente.

A população que vive nas ocupações é formada, na maioria, por um contingente de mão-de-obra desqualificada para o mercado formal de trabalho urbano. Vivem sobremaneira no setor informal da economia, atividades que não requerem mão-de-obra especializada ou fazem pequenos trabalhos de forma precarizado.

Partindo da compreensão de que a cidade formal, do ponto de vista da ordem, do plano urbanístico, sofre a carência de inúmeros equipamentos e serviços de consumo coletivo, podemos imaginar as ocupações irregulares, freqüentemente sem saneamento, energia, transporte público coletivo, postos de saúde, escolas, posto policial, onde são potencializadas suas carências cada vez mais, refletindo e reforçando a segregação sócio espacial-ambiental freqüente nas cidades brasileiras, que além de conviverem com as questões relacionadas à raridade desses elementos naturais, têm que conviver com a ausência do Estado e suas políticas sociais.

A situação do ambiente local torna-se, a cada dia, bastante preocupante. Estudos realizados por meio de levantamentos do sensoriamento remoto revelaram a situação atual do distrito.

Dessa forma, nas áreas próximas aos rios e igarapés, os problemas são mais graves, tendo em vista que os depósitos de lixo e dejetos humanos são lançados na própria calha dos rios, que aliados à deposição de entulhos por empreendimentos comerciais voltados para a venda de materiais de construção que depositam seus resíduos na foz dos mesmos, provocam o assoreamento, comprometendo, dessa maneira, o ecossistema fluvial, e, em conseqüência do fluxo e refluxo das marés, transportam diariamente resíduos poluentes para o ecossistema maior da baía do Guajará e furo do Maguari.

Outro grave problema encontrado e considerado muito sério é que por falta de autonomia econômica e política, o distrito carece de políticas públicas setorializadas voltadas a dirimir as questões sociais mais prementes. Coisas que a vem acontecendo em nível distrital é que ele vem sendo contemplado no Plano Diretor de Belém, recebendo um tratamento homogeneizante, como se os problemas apresentados na cidade de Belém fossem os mesmos dele. Na verdade, Icoaraci apresenta problemas específicos que requerem soluções específicas do ponto de vista da cidade, do urbano e do ambiente. O planejamento como forma de intervenção do Estado sobre o espaço reforça a ideologia no sentido da homogeneização que encobre as contradições postas

pela forma de produção, reprodução e dominação do espaço através da reprodução do capitalismo.

No que se refere aos problemas no ambiente, é possível identificar os de diversas naturezas, porém, os de maiores gravidades, a nosso ver e que chama bastante atenção, é a ocupação dos igarapés Paracuri, Tabocal, orla da baía do Guajará, margem do furo do Maguari, áreas do igarapé no Tenoné e áreas de baixadas disseminadas no interior do núcleo urbano que podem ser identificados como os de maiores dimensões no ambiente, variando de forma de ocupação em geral por populações de menor poder aquisitivo, com habitação de forma popular, construídas com materiais dos mais diversos. Assim como na periferia dos bairros mais afastados do núcleo central.

Para cálculo do IDH da pesquisa no Distrito de Icoaraci são considerados indicadores para análise: perfil sócio-econômico do universo da população por meio de entrevista, num total de 382 pessoas; a segunda, estava relacionada à infra-estrutura local; e a terceira, à compreensão da população sobre as condições ambientais nos bairros **saúde, educação, saneamento, taxa de urbanização, renda per capita, IDH, longevidade** (esperança de vida ao nascer).

O instrumento utilizado na pesquisa de campo foi composto por três partes: a primeira procurou diagnosticar o perfil socioeconômico

Para a definição de parâmetros e construção de indicadores para qualidade de vida foi realizada a pesquisa de campo, realizada na área de estudo, que deu-se através da aplicação de questionário semi-aberto e de entrevistas, especialmente nas periferias e áreas de ocupação nos bairros de Icoaraci. Através das informações coletadas foi possível delinear um perfil dos moradores sobre qualidade de vida. Nessa perspectiva, os resultados do trabalho foram de suma importância e bastante reveladores por demonstrar as condições em que vive parcela significativa da população, assim como evidência as precárias condições em que essa população vive, provocado pelo perverso processo de urbanização que vem ocorrendo no país, nas últimas décadas, demonstrando que a mesma é extremamente excludente e segregadora e, que em função dessas características, gera uma gama de problemas no ambiente da cidade relacionados às condições de vida de uma grande parcela da população de Icoaraci que se encontram em estado de pobreza, de miséria, de exclusão sócio-espacial-ambiental como consequência desse processo.

.A primeira parte da pesquisa analisou o perfil socioeconômico da população entrevistada. Nesta é perceptível o predomínio de pessoas do sexo feminino, a qual corresponde a 62 %, enquanto a masculina foi de 38 %. Quanto ao grau de instrução, é marcante a baixa escolaridade, a maioria não possui o Ensino Fundamental completo, Esse fato, de certa forma, está associado à condição do migrante, principalmente das áreas rurais dos municípios e/ou de outras regiões, em que a permanência na escola é frequentemente prejudicada em função de que a criança e/ou o jovem, nessa fase, são considerados como força-de-trabalho na terra a complementar a renda familiar ou levada por sucessivos deslocamentos.

Ao associarmos a variável escolaridade e níveis de renda, esclarecemos porque mais de 50% dos entrevistados ganham até um salário mínimo. Os estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica aplicada IPEA (2002) demonstram que a maioria da população do distrito administrativo de Icoaraci recebe em média um e meio salários mínimos, de renda média nominal dos chefes de família. Essa situação está relacionada em função das condições financeiras limitadas dessas pessoas e por não possuírem grandes qualificações profissionais. Quando chegam à cidade, a insuficiência do mercado regular de trabalho e a especulação imobiliária fazem com que a moradia, nas áreas com grande comprometimento no ambiente, sejam as únicas alternativas de moradia.

Considerando as condições de vida dessa população, é possível afirmar que os baixos salários estão vinculados aos níveis de escolarização, repercutindo na baixa qualificação da mão-de-obra da população. Pois do universo da população que foi entrevistada; 46 % não completaram o ensino fundamental; 16 % o médio; e apenas 2 % o superior. O que significa dizer que a maioria da mão-de-obra não tem qualificação que reflete nos baixos salários.

É mister destacar que fatores como a renda familiar da população da periferia dos bairros de Icoaraci reflete também os dados da Região Metropolitana de Belém revelados a partir da pesquisa realizada pelo IBGE, provenientes do censo de 2002. Para a realidade analisada, os sujeitos objeto da pesquisa revelaram uma situação bastante precária, haja vista viverem com renda mensal abaixo do que revelou a pesquisa do IBGE, Dessa forma, podemos inferir que a renda mensal de grande parte da população. Renda média nominal do chefe de família na RMB-1991 entrevista é insuficiente para suprir as necessidades

O distrito de Icoaraci é um espaço no qual a urbanização e o meio ambiente são processos que se apresentam com maior evidências em bairros com sérios problemas dessa natureza, tendo em vista que o distrito vem passando nas últimas décadas por um intenso crescimento urbano que atingiu a cidade, a nosso ver, sem ocorrer desenvolvimento econômico, político, social e cultural.

É no processo de produção e reprodução do espaço, como resultante das relações sociais, que compreendemos as questões relacionadas ao ambiente da cidade em constante processo de transformação. Entretanto, nas inúmeras visitas de observações, em contato direto com a população nas áreas na qual aplicamos os questionários, possibilitou-nos identificar características e contradições na forma como vivem parcelas significativas da população, levando-nos a denominá-las de acordo com Ferrara (1999) de periferias da periferia.

Referencias bibliografia

CARLOS, Ana Fani. Espaço-tempo na metrópole. São Paulo : Contexto, 2001

DIAS, Mário Benjamin Urbanização e Ambiente Urbano no Distrito Administrativo de Icoaraci- Tese de Doutorado Belém-PA- 2007.

JANNUZZI, Paulo de Martino. *Indicadores Sociais no Brasil. Conceitos, Fontes de Dados e Aplicações*. 3.ed. Campinas, SP: Ed. Alínea, 2004. 141 p.

LEFEBVRE, Henri. *A revolução Urbana*. UFMG, 2002. 178 p.

PINSKIE, Carla Jaime (Orgs.): História da cidadania. São Paulo : Contexto, 2003, p. 99-417.

Relatório da Situação Mundial das Cidades 2006/07,

RIBEIRO, Wagner Costa. Em busca da qualidade de vida In PINSKIE,

SANTOS, Milton. A urbanização brasileira. São Paulo : HUCITEC, 1993.

SANTOS, Milton. Por uma economia política da cidade. São Paulo : HUCITEC, 1994.

SCHWARTZMAN, Simon. Seminário sobre Política de Desenvolvimento Social. *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: v. 5, n. 2, p. 101-111, 1974.

SINGER, Paul. Economia política da urbanização. São Paulo : Brasiliense, 1977.

Urbanização e qualidade de vida no distrito de Icoaraci Belém/para/Brasil

Maria de Jesus Benjamin da Silva; Mario Benjamin Dias

SOUZA, Marcelo. *Mudar a Cidade. Uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2002, p.78.

VEIRET, Ivette. *Os riscos*. São Paulo : Contexto, 2007.

ZANIRATO, Silvia. A restauração do Largo do Pelourinho: edificações tão bonitas de ser ver, histórias não tão bonitas de se contar.(TEXTO) *Revista de História, Vitória*, v. 16, p. 323-344, 2004.